

HABEAS CORPUS Nº 547.813 - SP (2019/0353012-2)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ELIZANGELA OLIVEIRA DOS SANTOS - SP348284
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONAS MANOEL DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JONAS MANOEL DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do HC n.º 2210991-56.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 23/07/2019, pela suposta prática do ilícito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, pelo qual foi denunciado (fls. 42-44), pois atuava como "*olheiro, que de plano avisou o vendedor [de drogas], da presença policial, o qual empreendeu fuga*", mas não sem antes jogar "*sobre um telhado uma bolsa que portava e pular um portão*", "*na bolsa havia cocaína, crack, maconha e lança-perfume*" (fl. 44). A custódia foi convertida em preventiva (fls. 48-50).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem, que denegou a ordem às fls. 79-91 (acórdão sem ementa).

Neste *writ*, a Parte Impetrante alega, em suma, que: (i) a decisão que decretou a prisão preventiva seria inidônea por falta de fundamentação; (ii) não estariam presentes na espécie os requisitos autorizadores da segregação cautelar; (iii) o Paciente possuiria as condições pessoais favoráveis; e (iv) o cárcere seria medida desproporcional, uma vez que, sendo condenado, não seria imposta ao Acusado reprimenda em regime fechado.

Requer, em medida liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de urgência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, sobretudo porque o Tribunal estadual corroborou o

entendimento do Juízo de primeiro grau, que converteu a prisão flagrancial em preventiva, ao que parece, de maneira idônea, uma vez que destacou que, além da **grande variedade de drogas apreendidas (lança-perfume; maconha; cocaína; e crack)**, "*o custodiado é reincidente, já tendo cumprido pena por crime de roubo*" (fl. 49).

Saliento que, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "*apresentada fundamentação válida para a custódia cautelar, em face da vivência delitiva do paciente, ante o histórico penal constante aos autos, não há que falar de ilegalidade ou abuso da prisão preventiva*" (HC 411.638/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 09/10/2017; sem grifos no original).

Quanto ao **argumento defensivo de que, se condenado, ao Recorrente será imposta reprimenda menos gravosa** do que a prisão, destaco que:

"não cabe a esta Corte proceder com juízo intuitivo e de probabilidade para aferir eventual pena a ser aplicada, tampouco para concluir pela possibilidade de fixação de regime diverso do fechado e de substituição da reprimenda corporal, tarefas essas próprias do Juízo de primeiro grau por ocasião do julgamento de mérito da ação penal. (Precedentes)" (HC 438.765/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018.)

Por fim, ressalto que as "*condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a prisão cautelar, caso se verifiquem presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória*" (HC 448.134/SP, Sexta Turma, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 30/08/2018).

Assim, o caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a instrução completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância, notadamente sobre o andamento atualizado do feito e a situação prisional do Paciente, a serem instruídas com eventual chave de acesso necessária à consulta dos autos eletrônicos.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ

Relatora